



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Amazônia, territórios produzidos e paisagens reveladas

Um diálogo entre as cidades de Manaus, Macapá e Belém

Taís Furtado Pontes
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Louise Barbalho Pontes
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Thales Barroso Miranda
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém
Rodrigo Capelato
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Gonzalo Renato Núñez Melgar
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

RESUMO GERAL

A Amazônia brasileira comporta uma diversidade de tempos sociais, populações e culturas que operam por relações de conflito ou por cooperação e miscigenação. Sob a Amazônia incidem vetores de interesses exógenos que atuam no nível da valoração de “recursos úteis” ao desenvolvimento da máquina capitalista, a qual dependente do consumo da natureza, e não da natureza como recurso para a manutenção de equilíbrio ecológico, o que expõe a necessidade de uma nova perspectiva frente às relações sociedade-natureza nos processos de territorialização das cidades amazônicas (PONTES, 2020). As cidades da Amazônia foram os “pontos” ou “nodosidades territoriais”, para onde convergiram os vetores de poder, fundamentais para a demarcação do domínio da coroa portuguesa sobre o território e para a dominação cultural e submissão dos povos originários. Hoje, mais do que nunca, essas cidades representam o elo entre a Amazônia e o mundo.

As grandes cidades da Amazônia brasileira produzem suas territorialidades sobrepostas à matriz natural do bioma amazônico e preexistências ancestrais, resultando em espaços que internalizam a miscigenação de diferentes povos e tempos, ora, de forma agressiva e negando a paisagem natural, ora, assumindo as condições da natureza e perpetuando práticas e saberes locais, que coexistem e resistem à força do mercado do solo e das políticas públicas estatais. Tais paisagens trazem em seu DNA marcas de resistência social e cultural e de movimentos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização que, quando

analisadas numa escala temporal, revelam em configurações espaciais marcas de uma sociedade miscigenada, de contrastes e injustiças culturais e ambientais. Porto-Gonçalves (2012) utiliza o termo (des)envolvimento para expressar esse rompimento dos laços da sociedade com a natureza, uma espécie de ruptura do envolvimento com o meio, com a cultura e as memórias. O (des)envolvimento imposto como norma pelos colonizadores e neoliberais, se fundamenta no argumento de que é desejável “abrir-se para o mundo” para atingir padrões de “progresso da modernidade” (PORTO-GONÇALVES, 2012: 268). A aceitação desse modelo sem o crivo crítico cerceia possibilidades e alternativas para o envolvimento da sociedade nos processos de territorialização.

A proposta desta Sessão Livre é compartilhar distintos olhares sobre os territórios urbanos da Amazônia, com a participação de pesquisadores de Manaus, Belém e Macapá. Propõe-se debater, à luz das diversas escalas temporais, espaciais e de valores, as paisagens das cidades de Manaus, Macapá e Belém, como forma de articular distintas pesquisas e olhares sobre as cidades, que têm em comum o bioma amazônico, com suas particularidades socioculturais e naturais. Para isso, parte-se da reflexão sobre as relações sociedade-natureza, identificando processos de degradação ambiental e exclusão social (relações de poder, injustiça ambiental, desigualdades raciais) e desvelando possibilidades e territórios de resistências (estratégias de morar, de conviver coletivamente).

Para Milton Santos (2008[1996]) sem a ação não existe o território, apenas o conjunto de sistemas naturais. A noção de território como resultado de processos de interação entre os atores e o meio físico nos permite interpretá-lo como artificialidade e forma. A noção de *intencionalidade* é, portanto, fundamental para entender as relações que se estabelecem entre o objeto e a ação. Tais relações podem ser interpretadas por meio da paisagem, o que implica necessariamente a subjetividade do observador frente ao feito territorial.

O lugar conecta-se ao mundo por meio de vetores de forças que “atravessam o território”, e o lugar é o receptáculo, o ponto onde se reúnem esses feixes de relações que estabelecem novos padrões espaciais. As relações que se estabelecem no lugar, na cidade, na região são as horizontalidades. Por outro lado, as relações do lugar com outros pontos do espaço, separados fisicamente, e que garantem um funcionamento global da sociedade e da economia, são denominadas verticalidades, que criam relações de interdependência entre os lugares e entre esses e pontos distantes de seu território. “[...] as cidades são o ponto de interseção entre verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 2008 [1996]. p. 286). Na escala local pode-se analisar a relação entre a forma urbana e os padrões de crescimento frente a intencionalidades de agentes, as especificidades do meio físico-biótico e cultura.

Quanto à escala temporal, o espaço é considerado o tempo presente, o território é o espaço habitado em uma diversidade de tempos, daí a historicidade do território (MAGNAGHI, 2011, 2005). E, embora o ambiente se transforme naturalmente, por exemplo, obedecendo a sazonalidades climáticas como cheias e vazantes ou em razão de desastres ambientais, é pela ação humana realizada por meio de objetos técnicos que o território se concretiza. Antes disso, existe o espaço natural ou ambiente. A partir do momento em que

uma população o ocupa, estabelece com ele uma relação de ordenação/planificação e os efeitos desta coexistência podem ser observados por meio da paisagem (PONTES, 2018). A paisagem é a forma perceptível dessas relações no espaço, bem como a representação do território enquanto operação estética, o que permite atribuir consciência qualitativa ao meio, fornecendo subsídio à atividade projetual e ao planejamento, anunciando chaves para o planejamento territorial comprometido com o lugar (PONTES, 2020).

As ações se transformam e reinventam, influenciadas tanto pelo passado quanto por ideias de futuro. Os comportamentos sociais e culturais produzem regras de relacionamento territoriais que definem limites, fronteiras e barreiras entre o público e o privado, comunidade e ambiente, lugares. Ora, esses limites são fluidos e cooperativos, ora, resultam de processos conflitivos e contraditórios. Frente ao atual cenário de incertezas, desregulação, liberalização do mercado e flexibilização, onde não há vínculo direto entre as escolhas individuais e as ações políticas, as leituras dos processos de ocupação do território tendem a se distorcer, uma vez que a realidade visível nem sempre corresponde a intencionalidades explícitas dos atores ou a programas e objetivos coletivos, mas tendem a ocultar estratégias de poder e paradoxos sociais (PONTES, 2020).

Haesbaert (2004) concorda com Raffestin (1993 [1980]) ao relacionar o território ao exercício do poder, mas vai além, ao sugerir que o poder extrapola o “poder político” tradicional, exercido pelo Estado, mas adquire um sentido mais concreto e simbólico apoiado nas noções de apropriação e dominação (LEFEBVRE, 1972). Na apropriação, prevalecerá o valor de uso ou espaço vivido, e no segundo, o valor de troca, que se refere à propriedade. Milton Santos (2008 [1996]) distingue ambos agentes e acrescenta que as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas, que podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas. As permanências desse processo de transformação do território, são observáveis por meio da paisagem, são como um palimpsesto, onde fatos do passado são borrados e outros territórios são escritos e reescritos (CORBOZ, 1983; SANTOS, 2008 [1996]). Tais transformações do território são carregadas de intenções, “determinadas por e pertencentes a um processo político”. Para Raffestin (1993 [1980])¹ toda relação física ou virtual, é política quanto ao seu conteúdo. Além disso, o território está sujeito às relações de troca, o que passa por uma determinação de escala de valores atribuídos por cada sociedade aos territórios em determinado momento de sua história, ou uma relação econômica.

A paisagem pode desvelar distinções sociais quanto às possibilidades de experimentação das inúmeras territorialidades, uma vez que, para uma minoria da sociedade as possibilidades de intervir no território são amplamente acessíveis, tendo em vista o acesso aos fluxos de mobilidade, concreta ou informacional, enquanto que para outros, que estão na base da pirâmide social, não há sequer a opção do “primeiro” território, o território do abrigo” (HAESBAERT, 2004). A lógica por trás das intenções individuais e coletivas de transformação do espaço são fenômenos históricos e estão diretamente relacionadas à técnica e à cultura. Por isso, é importante distinguir os agentes

¹ Raffestin fundamenta seus argumentos relacionais no materialismo histórico de Karl Marx, segundo a análise da mercadoria que implica relações de troca.

que atuam no território, identificando os que decidem dos demais. Porque é possível ao decisor eleger as ações a nível de governo, instituições, empresas, organizações e religiões, enquanto que aos demais, essa possibilidade é limitada. Nesse sentido, o Estado é um ator privilegiado, pois, no processo de tomada de decisões elege as estratégias e os meios para canalizar investimentos e ações para a produção do território, além de exercer domínio e controlar as fronteiras, bem como conduzir processos de planejamento e representação do espaço.

Propomos então uma reflexão sobre o papel do lugar como “foco de resistência” frente ao poder imposto pela economia do mercado globalizado, baseada no valor de troca e não no valor de uso do território. Coloca-se a questão: a paisagem pode desvelar esses projetos de poder empreendidos por uma diversidade de atores, ora agindo em colaboração, ora em conflito de interesses? Como se manifestam os conflitos e contradições dessas relações de poder nas paisagens das cidades de Manaus, Macapá e Belém? Essas contradições, reveladas na paisagem, nos permitiria afirmar que existem territórios de resistência? Qual seria o papel desses focos de resistência para se pensar em alternativas para o território urbano na Amazônia? Como o reconhecimento dessa resistência poderia contribuir para projetos de territórios urbanos menos injustos do ponto de vista social e ambiental? Como o Lugar pode ser a chave para o planejamento territorial comprometido com a sociedade e não apenas com o capital?

PAISAGENS DE MERCADO OU MERCADO DE PAISAGENS?

Tomado por distinções temporais, a violência daqueles que inventaram as terras do “Novo Mundo” seguiu sua marcha, da qual instaurou em toda a América uma lógica sistêmica de origem exógena, que até hoje não poupa esforços em determinar – por imposições – “aquilo” da ordem civilizada, que por efeito extermina ou exotiza o seu avesso.

Quando da vontade de fazer urbana, essa força que atua *de fora pra dentro* tem no campo político seu maior aliado, e no caso de Manaus, este processo foi revelado através de experiências em ciclos dos quais, sob perspectiva econômico-desenvolvimentista, marcaram a paisagem da metrópole, com destaque para o extrativismo da borracha, com a acomodação burguesa nos sonhos tropicais da *Belle Époque* manauara; a industrialização, com a modernidade militarizada e institucionalizada associada ao Modelo Zona Franca; e por fim, e ainda vigente, a “*urbanização*” (MUÑOZ, 2008), com sua tematização genérica e globalizada que, enquanto filho legítimo do casamento bem-sucedido entre o Estado e o mercado, investe na tecnicidade dedutiva e futurística, conduzida por metodologias estratégicas, cujo poder centralizado autoriza manipulações intencionais, operadas por parcerias público-privadas que chancelam cadeias econômicas distintas, legitimadas pelo Estado, bem como por instrumentos urbanísticos que determinam a lógica socioespacial.

Neste modelo, é da rentabilidade o propósito das *atualizações* do território, reveladas através do oportunismo compositivo do prefixo “re” (VASCONCELLOS; MELLO, 2015), enquanto *nova* possibilidade de ordenamento, qualificação, estruturação, entre outros. Independente da promessa, suas ações convertem os direitos sociais em serviços, e por efeito produzem “expulsões” (SASSEN, 2016) sistêmicas que extrapolam aquelas da gentrificação.

Diante das complexidades urbanas deste tempo, este processo tem sido naturalizado no âmbito da gestão pública, e no caso de Manaus, apesar da possibilidade de

escolha, a *Revitalização da Ponta Negra* (2011 e 2013, respectivamente, primeira e segunda etapa) e o *Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM* (a partir de 2003) são exemplos relevantes deste formato. O primeiro, enquanto espaço livre de uso público, sua proposta revitalizadora converte um dos poucos fragmentos de lazer público, antes de uso intenso, em uma experiência contemplativa de consumo e de baixa permanência. Ademais, sua *vitalidade* margeada pelo capital natureza (Rio Negro) interferiu no valor venal do solo, bem como na valorização dos imóveis do entorno. No segundo caso, enquanto programa habitacional, ao retomar da interrelação histórica das ocupações palafíticas junto aos igarapés de Manaus, sob forte discurso de ordem urbana e ambiental, viabilizado por recursos advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para além da acomodação restrita que fragmentou a sociabilidade antes estabelecida, a proposta insiste na standardização da forma e da técnica. Sem qualquer esforço adaptativo, transpõe do peculiar para o ordinário, do qual reforça o fluxo acostumado às redes econômicas da construção civil.

Assim, na intenção de integrar as reflexões da paisagem, neste tempo, as formas remetem a mercados que se espacializam, onde poderes e intenções suplantam a crítica enfática que conclama - do ponto de vista da exclusão socioterritorial - que “as ideias estão fora do lugar” (SCHWARZ, 2012 [1973]).

TERRITÓRIO DAS DESIGUALDADES NA CIDADE DE BELÉM

Território pode ser entendido a partir da noção de espaço físico que é delimitada, desconstruída e construída pelas relações de poder que envolvem muitos atores sociais. No Brasil, a formação do território ou de territórios está vinculada à produção capitalista de exploração do meio ambiente para acumular cada vez mais riqueza e favorecer determinadas classes sociais, que detêm o controle da propriedade da terra, o poder social e político. Essa conjuntura de ações nos territórios ocorre sem a garantia de infraestrutura adequada igualmente distribuída, qualidade urbanística do espaço público e inserção da população no mercado e na cidade de modo adequado (MARICATO, 2000). Neste contexto, o território se estrutura a partir das desigualdades estabelecidas pela reprodução do capital, resultante de exploração e exclusões cada vez mais relacionadas à distribuição seletiva de consequências ambientais desproporcionalmente mais severas para determinados grupos sociais (BULLARD, 1994; ACSELRAD, 2010). É uma ação contrária aos que defendem a condição de existência social marcada pela justiça ambiental, ou seja, que haja tratamento justo e participativo de pessoas, independentemente da cor, raça, gênero ou qualquer outra característica, na formulação e ação de políticas públicas, leis e regulações ambientais. A realidade concreta das relações de poder e dominação relacionadas às injustiças ambientais no Brasil tem como fundamento as desigualdades sociais e raciais, que vêm construindo-se e ressignificando-se desde a colonização portuguesa no Brasil. Contudo, prevalece uma visão limitada da realidade social brasileira sempre que as desigualdades, as disputas e os conflitos urbanos são tratados somente sob a égide da luta de classes, entre os incluídos e os excluídos da cidade formal ou por uma suposta igualdade racial que omite ou reduz o debate racial na sociedade e nas políticas públicas brasileiras (CARNEIRO, 2011; ALMEIDA, 2018). No entanto, desde a segunda metade do século XX há uma gama de literaturas que expõem que a luta

contra o racismo - enquanto prática de poder, opressão e dominação - está indissociável à luta de classes e vice-versa (NASCIMENTO, 1978; GONZALES; HASENBALG, 1982; MOURA, 1994; GUIMARAES, 2002; HASENBALG, 2005; CARNEIRO, 2011; ALMEIDA, 2018). Por isso, raça é um fator independente e “não redutível a classe de renda”(ACSELRAD, 2002, p. 56). Na região amazônica, especialmente em Belém (periferia do sistema capitalista), os processos de injustiças ambientais são ainda mais graves, uma vez que território é típico do bioma amazônico, com relevo plano e baixa declividade, cursos d’água que inundam a cidade e populações historicamente negligenciadas pelo Estado residindo em áreas insalubres, no qual o planejamento não compreende sua singularidade, o que contribui para a consolidação da capital mais precária do Brasil. Dados de pesquisas recentes demonstram que duas em cada três pessoas que ocupam a mancha de inundação de Belém são pessoas negras e de baixa renda (MIRANDA, 2020). O debate, portanto, é centrado em como a construção do território (paisagem) afeta de modo desigual as populações da cidade e são baseadas em estruturas de poder político e social, fundamentadas no racismo e nas desigualdades.

MACAPÁ: TERRITÓRIO EM ABERTO

A paisagem é impermanente, inseparável do tempo, do espaço, da cultura e de sua materialidade. Na Amazônia brasileira, desde a macroescala da região até a microescala do cotidiano das cidades, o suporte biofísico é inseparável das dinâmicas de sociabilidade. Contudo, os processos de urbanização têm sido, frequentemente, associados a tentativas de inviabilizar coexistências e homogeneizar os sítios e os seres. Para repensar os modelos urbanísticos exógenos e excludentes, é importante pensar as cidades para além da lógica colonial, funcionalista, utilitarista e totalizante, pois a vida (e a experiência humana) não é uma coreografia planejada, é uma “dança cósmica”, é fruição. A fruição no espaço urbano amazônico ocorre tanto naquelas tipologias reconhecidas pelo escopo do desenho urbano (praças, largos, parques, etc.), como também em uma série de “espaços sem nome” nas brechas do planejado (interstícios, bancos de areia, espaços sazonais, etc.). Os espaços apropriados para a fruição possibilitam, ainda, entrever traços de uma pluralidade indelével. A reflexão sobre territórios amazônidas também perpassa a necessidade de revisão de conceitos e demanda uma capacidade de (re)conhecer estas realidades. É, nesse sentido, que pode ser proveitoso pensar um conceito operativo que possibilite a convergência das dinâmicas biofísicas e da sociabilidade: o espaço (em) aberto. A palavra “aberto” pode ser utilizada para expressar aquele que se sabe incompleto e, por isso, é capaz de acolher ao outro que é diferente de si, por exemplo: “mente aberta”, “coração aberto”, mas também “espaço aberto”. Esta categoria articulada às bases teórico-metodológicas do desenho da paisagem, dos estudos urbanos da Amazônia e da imersão em campo, possibilitam uma outra leitura sobre a trama de espaços abertos na cidade de Macapá. Macapá, capital do estado do Amapá, foi laboratório de experiências urbanísticas em diferentes períodos, desde a sua origem pombalina em 1758, passando pelo período em que foi capital do Território Federal de 1943 a 1988, até o processo de constituição de uma nova capital após 1988. As sobreposições das diferentes camadas deste território revelam que o suporte biofísico sempre foi

condicionante da forma urbana, mas também, que conforme a cidade foi crescendo (e se "modernizando"), práticas e espaços articulados ao sítio foram sucessivamente desincentivados e substituídos por tipologias e práticas mais "ordenadas" e cada vez menos espontâneas. Nesta paisagem às margens do maior rio do mundo, com fortes vínculos ribeirinhos, sob a justificativa da busca de um progresso e de uma modernidade que nunca foram alcançados, práticas culturais associadas ao sítio foram sucessivamente dissociadas da experiência urbana. Contudo, na trama de espaços abertos de Macapá, seja nas franjas urbanas (em áreas quilombolas ou de preservação), seja na reapropriação das estruturas modernas ou nas brechas da forma urbana excludente, a criatividade e a sociabilidade, atreladas ao suporte biofísico, persistem e demonstram que o desenho da paisagem tem de ser aberto, tem que permitir a abertura.

MANAUS: OS MODOS DE FAZER, A PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO DESDE A RESISTÊNCIA À NECESSIDADE DE VIVER

A cidade de Manaus, é um caso particularizante de implantação de um modelo produtivo dominante de escala global, que responde a interesses distantes e no exercício coercitivo sobre a estrutura sócio espacial gera estéticas exógenas e funcionalidades disruptivas num território insólito. Nesta condição os agentes de transformação do território reproduzem e consolidam o espaço urbano caracterizados pela negação mesológica, a complexidade espacial, as incompletudes do planejamento urbano, a segregação e a criação de espaços e identidades próprios desta disrupção. Concomitantemente a estrutura social termina por definir as práticas cotidianas que se perpetuaram nos modos de fazer, elas estabelecem o valor produtivo e simbólico do território e nele subjaz o sentido identitário da sociedade. Trata-se, portanto, de uma tensão, os hábitos populares e cotidianos dos dominados e a força disciplinadora institucional com seus mecanismos de coerção espacial. Esta relação dialética entre as estratégias sociais do fazer antagoniza frente o poder institucional e termina por caracterizar o espaço urbano amazônico de forma singular, portanto define o objeto social -espacial. A função aparentemente teleológica do homem desbravador da Amazônia, esconde atrás de si um aparato institucional que no mesmo tempo que impulsiona o desenvolvimento infraestrutural, legitima a ação transformadora e quanto mais se afasta das condições impostas pelo território, maior é a distância cultural dos sujeitos estratificados, nesta luta pela adaptação, imposta por uma nova escala de produção do espaço, a cidade perdeu seu encantamento, se tornou uma máquina funcional insensível definida pelo mercado, a prevalência do espaço abstrato em Manaus é rasgo da sua identidade. A escolhidos os lugares que representam diferentes tempos histórico-morfológicos da cidade de Manaus, desde o momento fundacional até as últimas expansões urbanas, sendo analisadas suas características de implantação no território e posteriormente contrastados com a imagem fotográfica do momento formativo e sua situação atual. Para finalmente reconhecer os modos de produção e consumo espacial e as estratégias sociais caracterizadas pela resistência. O estabelecimento plataforma metodologia e crítica entre a espacialidade morfológica-territorial e sua aproximação no reconhecimento das estratégias sociais traduzidas nos modos do fazer. Na compreensão deste território múltiplas epistemologias se entrecruzam interdisciplinarmente tendo como resultado um olhar tanto

científico como artístico, tanto racional como simbólico, o espacialmente mensurável se complementa com a linguagem subjetiva da imagem iconográfica, antagonicamente procuramos na interpretação marxista dos processos produtivos aqui implantados uma compatibilidade aparentemente inexistente com o sentido da compreensão simbólica, neste ponto o componente mítico surge como parte indispensável na interpretação das nossas realidades locais, considerado essencial no pertencimento das sociedades na América Latina, esta característica de ambivalência é um valor das nossas culturas que souberam resistir aos processos colonizadores.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 68, n. 24, p. 103-119, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p. 49-60, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BULLARD, Robert. **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. Boulder: Westview Press, 1994.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CORBOZ, André. El territorio como palimpsesto. In: RAMOS, Angel Martins (ed.). *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Ediciones UPC, 2004. pp. 25-34.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3ª edição revista. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: el derecho a la ciudad II**. Tradução: Janine Muls de Llarás y Jayme Llarás García. Madrid: Ediciones Península, 1972.

MAGNAGHI, Alberto. “El proyecto local: hacia una conciencia del lugar”. **Arquitectonics. Mind, Land & Society**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, n 23, 2011.

MAGNAGHI, Alberto. Apresentação: Il ritorno dei luoghi nel progetto. In: MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitaria del territorio: Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale**. Firenze: Alinea Editrice, 2005. pp. 07 - 18.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos Bernardo (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MIRANDA, Thales Barroso. **A Ilusão da Igualdade**: Natureza, justiça ambiental e racismo em Belém. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MUÑOZ, Francesc. **Urbanización**: paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

PONTES, Taís Furtado. **Uma ponte para Manaus**: o lugar como alternativa para o projeto territorial. Tese de doutorado - Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

PONTES, Taís Furtado. A paisagem como plataforma para o projeto territorial: desvelando o poder das infraestruturas na transformação da paisagem de Manaus, Amazonas. **Anais do V ENANPARQ**. Salvador: 2018. pp. 1493 -1518.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. Edição do Kindle.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993 [1980].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996].

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2015.